

Empresário substitui políticos da educação

5 ABR 1991
JORNAL DO BRASIL

Belo Horizonte / Waldemar Sabino

Flamínio Fantini

BELO HORIZONTE — Responsável pela administração de 207 mil funcionários, o cobiçado cargo de secretário da Educação de Minas Gerais sempre foi ocupado por deputados e políticos, interessados sobretudo em influir na indicação das diretoras das escolas de primeiro e segundo graus, função importante nas comunidades do interior e fonte de votos em períodos eleitorais.

O novo titular do Palácio da Liberdade, Hélio Garcia, deu uma guinada nessa prática clientelista e escolheu para a pasta um empresário bem-sucedido no ramo, com 25 anos de experiência educacional: Walfrido Mares Guia, 49 anos, presidente do Sistema Pitágoras de Ensino, o segundo grupo privado do setor no país, com 25 mil alunos em vários estados, atrás apenas do paulista Objetivo.

No lugar das miudezas tradicionais da vida da Secretaria, Mares Guia pretende colocar em prática o que aprendeu na disputa capitalista do ensino. "Como o serviço público não tem que enfrentar concorrência, faz muitas concessões à busca de eficiência. Trago minha experiência de gerenciamento de escolas privada para rede pública", ele anuncia.

Competição — Segundo ele, o gerenciamento é um instrumento vital para a sobrevivência num mercado de competitividade. E o Pitágoras começou a atuar, em 1966, exatamente numa verdadeira selva de competição: a guerra dos cursinhos pré-vestibulares. Pouco depois, em 1972, a empresa entrou em outro segmento, o dos colégios, onde também não encontrou facilidades — havia concorrentes com décadas de história na capital mineira. Em convênio com mineradoras, construtoras e prefeituras, expandiu-se para a Amazônia (Usina de Balbina, Tucurui e Carajás). No rastro de empreiteiras que foram tocar obras, no exterior, o Pitágoras abriu colégios no Iraque, Mauritânia, Congo, Angola e Equador.

Assim, aos poucos, Mares Guia foi dominando os instrumentos da administração educacional: seleção dos recursos humanos, aperfeiçoamento da mão-de-obra, escolha do material didático mais adequado, delegação de poderes, planejamento, estabelecimento de cronogramas e monitoração sistemática desses fatores. "Aprendemos a ter obsessão pelos resultados positivos, com os custos mais adequados", conta Mares Guia.

Para mostrar a que veio, a primeira medida do novo secretário será a regulamentação do artigo da Constituição estadual que estabelece os critérios para seleção dos diretores e vice-diretores dos estabelecimentos de primeiro e segundo graus da rede estadual, como a apuração objetiva do mérito dos candidatos, a ap-



Walfrido, nova experiência

tidão para a liderança, a experiência profissional ou a capacidade de gerenciamento.

Mérito — Até então vigorava um sistema pelo qual o deputado mais votado na região indicava o nome e o governador simplesmente homologava. O que levou um deputado, pouco depois das eleições do ano passado, a comentar, satisfeito da vida: "Estou cansado de ser oposição. Finalmente, sou governo. Vou transferir as diretoras, todas".

Com o novo projeto, a vendetta política não será possível. Feita de forma combinada (concurso e eleição pela comunidade), a escolha se dará no mérito do profissional, mediante uma prova de título e uma escrita, aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais, para "avaliação de conhecimentos necessários à gestão da unidade escolar e capacidade de gerenciamento". Além disso, os três primeiros colocados apresentarão seus programas de ação, para serem debatidos pela comunidade escolar, antes da votação. Compõem a comunidade os professores, os funcionários, os alunos matriculados e os pais ou responsáveis por eles, em proporções variadas.

"Isso liquidará com a politicagem e permite tornar a secretaria administrável e o desenvolvimento de um projeto educacional para Minas", anima-se Mares Guia. Ele já se reuniu com lideranças de 14 partidos e colheu uma impressão positiva generalizada. "O concurso é uma coisa muito boa por causa do critério da competência, evita que as nomeações fiquem sujeitas só a critérios políticos", aplaudiu o deputado estadual Jorge Hannas (PFL), ressaltando que precisa estudar melhor ainda a etapa das eleições. A iniciativa conseguiu inclusive a proeza de ganhar o apoio do PT. "Defendemos a eleição direta sem subterfúgio, mas a Constituição prevê o concurso e o projeto é um avanço. Acho que o PT deve votar a favor, tentando aperfeiçoá-lo", definiu-se o deputado estadual Roberto Carvalho.